

Apontamentos para a história da BAD

Os primeiros anos (1973/1983)*

ATÉ 1973

A “FASE HEROICA DA LUTA”
POR UM ESTATUTO SÓCIO-PROFISSIONAL

«...perguntou [o chefe de Gabinete do ministro da Presidência] a que aspiravam os *Cadernos* e os bibliotecários e arquivistas, julgando talvez que aqueles fossem de tipo reivindicativo»

(Rosalina Silva Cunha, discurso no jantar de 2 setembro 1963, Hotel Avenida, Coimbra)

Desde muito cedo, desde muito antes da criação da BAD, que qualquer profissional consciente e minimamente sabedor do que se passava «lá fora» ansiava por um organismo de classe para os bibliotecários e arquivistas portugueses. A colega Ema Quintas Alves, em 1955, ao intervir no célebre *Inquérito Necessário*, que agitou o *Correio do Minho*, já dizia: «Falta-nos uma Associação de Bibliotecários e não existe qualquer meio de contacto entre nós que permita uma troca de experiências ou a coordenação dos nossos trabalhos.»¹

A luta pela dignificação (social, mas também monetária) da profissão começou verdadeiramente com o movimento dos *Cadernos*, que tinha como programa «... a melhoria técnica, profissional, económica e social dos bibliotecários e arquivistas»².

* Texto originalmente publicado em *Exposição 25 anos BAD: Catálogo da Exposição realizada durante o 6.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Aveiro*, 6-8 maio 1998 (Lisboa: BAD, 1998), comemorativo do 25.º aniversário da Associação, de difusão restrita, aqui parcialmente reproduzido, com ligeiras alterações.

1 A longa série destes artigos encontra-se transcrita em Victor de Sá – *As bibliotecas, o público e a cultura*. Lisboa: Horizonte, cop. 1983 (Obras de Victor de Sá; 7).

2 Rosalina S. Cunha - *Discurso no jantar de 2 set. 1963, Hotel Avenida, Coimbra*. Arquivo de *Cadernos* (Coimbra).

Movimento que muito deveu à energia e à determinação de Jorge Peixoto, «primeiro bibliotecário» da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Portugal tinha sido um dos primeiros países europeus a ter um Curso Superior para formar Bibliotecários-Arquivistas. Mas, entre nós, as leis andaram sempre muito à frente das realidades ou, como bem via Raúl Proença:

«Não há educação profissional sem profissão, e não haverá profissão bibliotecária em Portugal enquanto as diferentes bibliotecas do país... não exigirem aos seus funcionários um diploma de estudos bibliotecários.»³

O «modelo» de formação universitária (pós-graduação de dois anos + estágio de seis meses) foi sucessivamente reformado até 1935, quando se criou o Curso de Bibliotecário-Arquivista na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Durante décadas, foi unicamente ali, e com um plano de estudos que «já era caquético nas suas estruturas ao ser então instituído»⁴, que se foram formando aqueles profissionais que, juntamente com os conservadores de museus, tinham os mais baixos ordenados de entre todos os funcionários públicos licenciados:

3.º BIBLIOTECÁRIO	2 600\$00	ENGENHEIRO DE 3.ª	4 000\$00
2.º BIBLIOTECÁRIO	3 600\$00	ENGENHEIRO DE 2.ª	5 400\$00
1.º BIBLIOTECÁRIO	4 000\$00	ENGENHEIRO DE 1.ª	6 500\$00

E, no mesmo Estado, nesse mesmo ano (1966) que usamos para a comparação, já um Especialista auferia sete contos por mês e um Investigador oito contos! Se nada se fizesse contra este estado de coisas, ter-se-iam agravado, certamente, a escassez de candidatos ao Curso de Coimbra e, mais grave, esse «êxodo que estamos a verificar nas principais bibliotecas e arquivos»⁵, denunciado na Assembleia Nacional pelo nosso colega e Deputado Dr. António Cruz:

«Nos reduzidos quadros... estão vagos nada menos de 25% dos lugares... concursos abertos nos últimos cinco anos ficaram desertos.»⁶

Em finais de 1968, Marcello Caetano, percebendo que os melhores elementos da classe sentiam tudo isto como intolerável injustiça, prometia numa carta a César Pegado «vamos a ver se no ano próximo se pode estudar e pôr de pé a reforma das bibliotecas e dos museus, tratando da situação do seu pessoal»⁷. Esta situação fica bem ilustrada no relato de certa reunião na Casa de Macau, em Lisboa, «onde o clima era de desânimo

e nos propunhamos meter requerimentos de licenças no Ministério, para exercer as mais variadas e disparatadas ocupações...»⁸. Poucos dias depois, o Governo, pela mão de Veiga Simão, decretou substanciais aumentos que, no entanto, ainda não equiparavam os bibliotecários e os arquivistas aos restantes técnicos do Estado:

3.º BIBLIOTECÁRIO	6 500\$00	ENGENHEIRO DE 3.ª	7 100\$00
2.º BIBLIOTECÁRIO	7 100\$00	ENGENHEIRO DE 2.ª	7 800\$00
1.º BIBLIOTECÁRIO	7 800\$00	ENGENHEIRO DE 1.ª	9 400\$00
BIBLIOTECÁRIO-CHEFE	8 600\$00	TÉCNICO-ESPECIALISTA	10 200\$00

(Conforme Decr.-Lei n.º 49.410. "D. Gov." 1.ª Série, n.º 275, 2.º suplem. 24 nov. 1969)

A luta por um estatuto profissional e remuneratório pelo menos idêntico ao dos outros técnicos reforçou-se, naturalmente, depois da criação da BAD, que «já apresentou as suas queixas (...) a quatro ministros da Educação sem ter conseguido»⁹, mas que só muito lentamente ia tendo algum acolhimento: «Resultante duma entrevista da direção da BAD com o secretário de Estado da Cultura e Educação Permanente em 4 de março de 1975 (...) foi criado um grupo de trabalho que estudasse os problemas das carreiras profissionais e estatuto profissional»¹⁰.

Uma solução aceitável só viria a ser atingida, anos depois, com o Decreto-Lei 280/79, em relação ao qual o empenhamento da dirigente da BAD Maria José Moura foi essencial.

E ainda hoje (escrevíamos isto em 1998), apesar da situação remuneratória não ter os contornos dramáticos desses tempos, a Associação continua a reivindicar nesta área, como se vê pela proposta de revalorização das carreiras entregue em 1997 e olímpicamente ignorada pelo Governo e sindicatos: «A evolução dos conteúdos funcionais das carreiras... que se registou entre 1979 e o Decreto-Lei nº 247/91 de 10 de julho, traduziu-se, e muito bem, na revalorização das carreiras de técnicos-adjuntos, que passaram a integrar o nível 4, mas, estranhamente, não se consagrou idêntica revalorização nas carreiras de técnico superior... que se mantiveram no mesmo nível salarial que as do regime geral.»¹¹

Sobre as carreiras nesta área, só ocorre o ditado popular «o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita».

3 Raúl Proença – “O problema das bibliotecas em Portugal”. *Pela Grei*, 1 (1) fev. 1918.

4 Editorial. *Cadernos Bibl. Arq. Doc.*, Coimbra, 10(2) abr. 1973, p. 69.

5 Editorial. *Cadernos Bibl. Arq. Doc.*, Coimbra, 3(1) jan. 1966, p. 1.

6 Discurso na A.N, a 7 fev. 1966, cit. por: “Pedida a solução do problema dos bibliotecários e arquivistas para prestígio da Nação”. *Diário de Coimbra*, 8 fev. 1966.

7 César Pegado – “Breve história de uma causa justa”. *Cadernos Bibl. Arq. Doc.*, Coimbra, 7(2) abr. 1970, p. 99.

8 “Carta, 19 dez. 1969, de M. Teresa Pinto Mendes para Adelino Calado”. Arquivo de *Cadernos* (Coimbra).

9 *Notícia*. Lisboa, 1(3), mar. 1975, p. 65.

10 Grupo para a redação do LOB [texto de M. Teresa Pinto Mendes] – “Elementos a ter em conta na redação do Preâmbulo da Lei”. Arquivo de *Cadernos* (Coimbra).

11 BAD – *Para uma revalorização remuneratória das categorias de Técnico Superior de Biblioteca e Documentação e de Técnico Superior de Arquivo*. Doc. interno.

1973-1974**O NASCIMENTO DA BAD
E A OPÇÃO POR UMA ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL**

«Dez anos depois do aparecimento de *Cadernos* e mercê em grande parte do impulso gerado pela sua campanha de dignificação da classe, é criada, em Lisboa, a Associação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Com a criação da BAD termina, por assim dizer, a fase heroica da luta mantida até aí apenas pelos *Cadernos*.»

(Maria da Graça Pericão *et al.* "Cadernos Bibl. Arq. Doc." Lisboa, 1, 1983)

O «movimento encetado pelos *Cadernos* foi responsável pelo primeiro anteprojecto de Estatutos (1964) e pela promoção de reuniões em Lisboa (9 abr. 1965), Coimbra (13 maio 1965) e Porto (1 jul. 1965), onde se decidiram o nome (BAD), a sede (Lisboa), as categorias de associados, etc.. O processo de criação da Associação só não foi continuado na década de 60 por se ter entendido que não estavam ainda reunidas condições para o seu sucesso:

«...uns afirmavam que ainda era cedo, alegando poucos membros ou membros desinteressados, etc.; outros diziam que a consciência profissional não tinha ganho dimensão adequada; outros ainda proclamavam que a Associação seria um mero encargo...»¹²

É que ainda faltava criar entre bibliotecários e arquivistas o sentimento de grupo, a noção de «classe», para a qual muito contribuíram os *Encontros* e as inúmeras reuniões de trabalho e de convívio promovidas tanto pelos *Cadernos* como, mais tarde, em Lisboa, por um grupo de profissionais: reuniões periódicas de valorização profissional, visitas de estudo, realização de exposições e colóquios ou a celebração do Dia do Bibliotecário, desde 1965, na Feira do Livro de Lisboa. Mas, até esta atividade, estritamente profissional e social, sofria oposição:

«É evidente que há uma decidida e forte corrente contra a realização destas nossas reuniões.»¹³

Oposição que terá até conseguido impedir a realização do IV Encontro, em Luanda. Apesar de apoios valiosos, como o de Veiga Simão e José Hermano Saraiva, o regime desconfiava intensamente de todos os movimentos associativos espontâneos, como este, não enquadrados pelas estruturas de natureza corporativa.

Com a organização da grande exposição *O Livro e a Literatura Infantil*, em 1972, ficou muito claro que não era possível realizar eventos daquela dimensão sem uma estrutura formal, isto é, uma associação.

O processo de constituição da BAD, em 1973, foi conduzido por uma Comissão, eleita em 20 de julho de 1972 (por voto secreto entre 38 presentes e dois ausentes) que ficou constituída por Adriano Andrade, Maria Rosa Costa, Manuela Cruzeiro, Maria José Moura e Maria Alice Serrano. O diretor da Biblioteca Nacional (um colega,



IV ENCONTRO EM COIMBRA – 1973

M. Santos Esteves) cede-lhes uma sala e, em 1 de maio de 1973, os Estatutos são finalizados com alterações «introduzidas de acordo com sugestões do diretor-geral dos Assuntos Culturais». Os Corpos Gerentes são «homologados pelo Governo» a 10 de agosto, lavra-se a escritura notarial de constituição da Associação a 19 de novembro e, a 7 de dezembro, em Coimbra, no final do IV Encontro, elegem-se em Assembleia Geral os primeiros corpos dirigentes.

Em 2 de maio de 1974, enquanto a lenta estrutura do Estado ainda despachava um «mereceu concordância» ao pedido de retificação dos nomes dos corpos eleitos (a necessidade de «homologação» dos dirigentes associativos só terminou a 4 de junho) já a direção da BAD «dá a sua inteira adesão ao MFA e, identificando-se com os objetivos de libertação enunciados», convoca uma Assembleia Geral para 7 de maio, onde logo surgiram as primeiras propostas de sindicalização do movimento.

12 Editorial. *Cadernos Bibl. Arq. Doc.*, Coimbra, 10(3-4) jul.-out. 1973, p. 137.

13 "Carta, 11 set. 1970, da Redação de Cadernos para a Comissão Organizadora do IV Encontro". Arquivo de *Cadernos* (Coimbra).

A proposta de criar «um sindicato profissional» e o próprio Manifesto da BAD, de 17 de junho de 1974, mostram bem o voluntarismo (e a utopia) que se apoderou do movimento associativo neste período.

«Dado o momento político que se vive, a BAD tem promovido várias assembleias gerais para discussão de alguns problemas relacionados com a possível criação de um organismo sindical... Alguns sócios manifestaram interesse em que a nossa Associação subsistisse, mantendo os fins a que se tem proposto... Correspondendo a esse interesse, a direção solicitou e recebeu de vários colegas algumas sugestões construtivas para alteração dos estatutos... »¹⁴

A opção por uma Associação nunca foi posta seriamente em causa. Aliás, até foi uma opção interessante a nível de Europa, onde o setor apresenta números impressionantes, o que nos dá garantias acrescidas para o futuro. Mas, na época, parece-nos que ela foi sempre entendida como temporária, notando-se nalguns setores contínua preocupação em manter seletivo o ingresso, para a Associação poder, eventualmente, constituir-se em Ordem.

Na reunião de 9 de abril de 1965, em Lisboa, definem-se categorias de Sócios:

- a) Efetivos – bibliotecários, arquivistas e documentalistas;
- b) Extraordinários – os diplomados com curso superior, sem curso reconhecido de especialização;
- c) Aderentes – As pessoas que trabalhem ou estejam interessadas (esta alínea teve três votos contra).¹⁵

Discriminações que ainda permanecem de alguma forma nos Estatutos em vigor: Podem ser sócios efetivos:

- a) Os bibliotecários, arquivistas e documentalistas;
- b) Os profissionais que exerçam funções e sejam possuidores de *curriculum* reconhecido.

Podem ser sócios aderentes outros profissionais que exerçam funções na área BAD.

A definição dos membros e dos direitos de cada categoria de associados foi, durante anos, o fulcro de todos os debates estatutários na Associação, aliás nunca inocentes.

1975-1982

14 Notícia. *Cadernos Bibl. Arq. Doc.*, Coimbra, 11(3-4) jul.-out. 1974, p. 136.

15 Notícia. *Cadernos Bibl. Arq. Doc.*, Coimbra, 2(3) jul. 1965, p. 201.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA BAD E O INÍCIO DA CONTRATUALIZAÇÃO COM O ESTADO

«... a profissão foi reconhecida na sua qualidade, justa reivindicação de anos de luta, a Associação foi chamada a colaborar na elaboração de diplomas, a elaborar pareceres sobre matéria que nos compete e a participar em atos públicos.»

(L. F. Abreu Nunes, discurso no encerramento do 7.º Encontro, 1979)

O ano de 1974, como se demonstra pela Ata daquela Assembleia Geral Extraordinária de 26 de novembro (em que ficou por exarar a importante decisão de tomar em mãos a organização do 5.º Encontro) eram tempos de um amadorismo que, se não desapareceu de todo foi, pelo menos, sendo mascarado sob uma imagem mais institucional. É a criação dessa imagem de respeitabilidade que irá permitir à BAD, em poucos anos, o lançamento de parcerias com os mais diversos poderes constituídos. Etapas de um processo de crescimento:

- a criação de um Gabinete de Imprensa, em 1972, mesmo antes da BAD ser oficializada;
- a publicação, a partir de janeiro de 1975, do *Notícia BAD* (que veio ditar o fim das Informações difundidas pelos *Cadernos* e elaboradas então no Porto), e o início da série *Documenta*;
- a consolidação da estrutura organizativa (primeiros funcionários, diversos logotipos, entre os quais o atualmente usado);
- a criação de Grupos de Trabalho, logo em 1974, dos quais o dedicado às bibliotecas infantis, foi responsável pelas comemorações do Dia Internacional do Livro Infantil, logo em 1975, e por uma exposição – *O que as crianças têm para ler...* – que itinerou por todo o país;
- a iniciativa ou o apoio à realização dos *Encontros*: 5.º Braga 1976, 6.º Aveiro 1978, 7.º Lisboa 1979, 8.º Lisboa 1983;
- a criação da Delegação Regional do Centro, em Coimbra, logo em 1975 (Regulamento aprovado em Assembleia Geral de 30 de março de 1976), mas que só terá atividade a partir de 1979;
- a promoção de dezenas de ações de formação e de debate, com os melhores dos portugueses e dos estrangeiros: Seminário com Jacques Chaumier (1974), curso de «Indexação» de George van Slype (1976), etc.

Todo este processo culmina em 1983 com a inauguração da sede num edifício da Rua Morais Soares e o início da 2.ª série dos *Cadernos*, tornados órgão oficial da BAD. Este enorme esforço organizativo habilitou a Associação a ser incontornável parceiro do Estado em quaisquer projetos para a área do livro, da leitura ou do património documental e, mesmo, a «forçar a intervenção no domínio das políticas para o setor de bibliotecas e arquivos»¹⁶.

16 A. J. Pina Falcão – Entrevista à rev. *História*, abr. 1977.

Não se pode demonstrar documentalmente aqui, mas é público e notório que a Associação colaborou na elaboração de quase toda a legislação da nossa área, nos últimos vinte anos: E, pode dizer-se que, geralmente, contribuindo com soluções sensatas e apropriadas. As «vírgulas» acrescentadas pelos próprios serviços do Estado é que, algumas vezes, vieram a dar infelizes resultados...

Em 1983, criou-se na BAD um Grupo de Trabalho para a Leitura Pública, por iniciativa de Maria José Moura, que viria a ter a maior importância no lançamento do Programa de Apoio do Estado à Criação de uma Rede de Bibliotecas Municipais, em parceria com as Autarquias. Foi a então Secretária de Estado da Cultura, Teresa Patrício Gouveia, que depois a nomeou, na qualidade de Presidente da BAD, para coordenar o grupo de trabalho que, em 1986, produziu o Relatório que esteve na base da criação da que é agora a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

Graças à participação inicial e permanente de profissionais ligados à BAD, deste Programa resultaram as primeiras bibliotecas feitas entre nós não em torno dos livros ou do edifício, mas em torno de e «com os bibliotecários» que, pela primeira vez, participam sistematicamente na elaboração do Programa e do Projeto. E ainda hoje as Bibliotecas Públicas constituem a única rede não-virtual na nossa realidade bibliotecária.

Dentro da BAD, o *Manifesto sobre a Leitura Pública em Portugal*¹⁷ constituiu o «ponto de partida e a base mínima programática»¹⁸ da colaboração com o Instituto Português do Livro, materializada com a exposição *Bibliotecas e Leitura Pública*, que foi inaugurada na Feira do Livro de 1984 e seguiu em itinerância pelo país, sensibilizando autarquias e público e logo com a realização de um curso de técnicos auxiliares vocacionado para a nascente Rede de Bibliotecas de Leitura Pública.

Em 1982, o Curso de Especialização em Ciências Documentais é criado em Coimbra (Decr.-Lei n.º 87/82 de 13 Jul.) e a BAD começou logo a trabalhar para que ele funcionasse também em Lisboa: para a sua criação, na Faculdade de Letras, foi estabelecido um Protocolo BAD-IPPC, em 1982.

O número de protocolos, grupos de trabalho conjuntos, projetos de investigação sob contrato em que a BAD participou nestes últimos vinte anos (desde o seu «reconhecimento como órgão consultivo»¹⁹ pelo Ministério da Educação e Cultura, em 1975) é quase impossível de enumerar. Citem-se apenas, pela sua importância ou excecional duração:

- o Grupo de Trabalho (interministerial) para o Sistema Nacional de Informação (antes L.O.B.) com vista à criação da licenciatura, da estrutura do Serviço Nacional

de Informação e regulamento das carreiras;

- o Projeto com o IPPC de Inventário das Infraestruturas da Informação (inquéritos às Bibliotecas Universitárias e às Bibliotecas Públicas), pelos GTs das Bibliotecas Universitárias e das Bibliotecas Públicas;
- o projeto Info-Social, patrocinado pelo Instituto Português do Património Cultural (1980 a 1984);
- o LIB 2/UPDATE sobre o estado da aplicação de novas tecnologias nas bibliotecas portuguesas, realizado por contrato com a DGXIII.

Como escreveu em tempos melhores Mário Soares, este foi parte do nosso «esforço para valorizar e modernizar as bibliotecas e arquivos portugueses, criando condições de investigação e preservação do nosso riquíssimo património»²⁰, esforço que, infelizmente, poucas altas instâncias nos vão agora reconhecendo.

A. E. MAIA DO AMARAL

(1998 / REVISÃO 2013)

17 “A leitura pública em Portugal: manifesto”. *Cadernos Bibl. Arq. Doc.*, Lisboa, 1, 1983, p. 11-14

18 Joaquim Portilheiro – “A Leitura Pública, uma batalha urgente e necessária”. *Bol. Cult. do Serv. Bibl. Itinerantes e Fixas da F.C.G.*, Lisboa, 6.ª série, 2, jun. 1984, p. 35.

19 *Notícia*. Lisboa, 1(1) jan. 1973, f. 14-15.

20 Carta, 7 jul. 1994, do Presidente da República, para a Direção da BAD. Arquivo da BAD (Lisboa).